



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.292, DE 2019 **(Do Sr. Paulo Teixeira)**

Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Lei do SeAC, para dispor que as empresas que prestam serviço de provimento de conteúdos idênticos aos distribuídos por meio do Serviço de Acesso Condicionado serão equiparadas a elas para todos os fins legais.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projeto apensado: 4389/19

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 – Lei do SeAC, para dispor que as empresas que prestam serviço de provimento de conteúdos idênticos aos distribuídos por meio do Serviço de Acesso Condicionado, serão equiparadas a elas para todos os fins legais.

Art. 2º Acrescente-se o art. 30-A na Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

“Art. 30-A As empresas que prestam serviço de provimento de conteúdos idênticos aos distribuídos por meio do Serviço de Acesso Condicionado, na forma de pacotes ou de canais, por meio de qualquer tecnologia, serão equiparadas às prestadoras do Serviço de Acesso Condicionado para todos os fins desta Lei, excetuadas as obrigações de prestadoras de serviços de telecomunicações que dão suporte ao provimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei de Serviço de Acesso Condicionado – SeAC foi resultado de um importante consenso quando de sua edição. Radiodifusores, empresas de telecomunicações e sociedade civil empenharam-se para redigir uma lei ampla, que atendesse aos interesses de todos. A liberação do mercado de TV por Assinatura para atuação de empresas estrangeiras viria amarrada com uma série de condicionamentos que permitiram a efetiva regulação e fiscalização do setor.

As empresas que prestam o SeAC são regidas, portanto, nos estritos termos da Lei nº 12.485/2011. As empresas de telecomunicações que prestam serviço sob a égide dessa lei devem obedecer a regras específicas, como, por exemplo: (i) a vedação à propriedade cruzada com empresas de radiodifusão; (ii) quanto à produção de conteúdo, a vedação de adquirir ou financiar a aquisição de direitos de exploração de imagens de eventos de interesse nacional, e de contratar talentos artísticos nacionais de qualquer natureza, inclusive direitos sobre obras de autores nacionais.

A Lei estabelece uma rígida separação entre as atividades de produção, programação, empacotamento e distribuição de conteúdo para assinantes. Cada uma dessas atividades deve seguir uma série de regras e obrigações. E, sendo o SeAC um serviço de telecomunicações, cabe à Anatel regular e fiscalizar suas

atividades.

Recentemente, ocorreu fato notório em que determinado canal de programação passou a realizar distribuição direta de seu conteúdo por meio da Internet, como se não fora SeAC, sem atender às regras da Lei nº 12.485/2011. No caso, tratava-se da perfeita replicação do conteúdo programado e distribuído por empresa de SeAC. Ou seja, de conteúdo que constava da cadeia de valor organizada pela Lei do SeAC.

A nosso ver, o fato de o conteúdo ter sido distribuído por meio da internet não o descaracteriza como SeAC. Veja-se a própria definição de SeAC trazida pela Lei nº 12.485/2011, que determina que ele independe da tecnologia em que foi distribuído. O SeAC é o “serviço de telecomunicações de interesse coletivo prestado no regime privado, cuja recepção é condicionada à contratação remunerada por assinantes e destinado à distribuição de conteúdos audiovisuais na forma de pacotes, de canais nas modalidades avulsa de programação e avulsa de conteúdo programado e de canais de distribuição obrigatória, por meio de tecnologias, processos, meios eletrônicos e protocolos de comunicação quaisquer”.

Não é possível que conteúdos idênticos, que não tenham passado por qualquer alteração ou nova configuração de mercado, e que também constem na grade de programação da empresa de SeAC, sejam distribuídos sem atendimento às regras previstas na Lei 12.485/2011.

Dessa forma, um conteúdo linear disponibilizado por meio de provedor de aplicações da internet que seja idêntico àquele ofertado por empresas de SeAC deve ser orientado pela lei que rege o SeAC.

Com esse objetivo, acrescentamos novo artigo 30-A no Capítulo VII da Lei, que dispõe sobre a distribuição de conteúdo pelas prestadoras de SeAC, para determinar que empresas que prestem serviço de provimento de conteúdos idênticos aos distribuídos por meio do SeAC, na forma de pacotes ou de canais, por meio de qualquer tecnologia, sejam equiparadas às prestadoras do Serviço de Acesso Condicionado para todos os fins desta Lei.

A exceção se refere às obrigações de prestadoras de serviços de telecomunicações que dão suporte ao provimento do serviço de valor adicionado que distribui o canal, como o Serviço de Comunicação Multimídia - SCM. Do contrário,

seria de responsabilidade dessas empresas os problemas na distribuição que dissessem respeito apenas à camada de infraestrutura, que provê o acesso à internet.

Deixamos claro que, a fim de obtermos plena segurança jurídica, a regra do novo art. 30-A se aplica à distribuição de canais idênticos aos do SeAC que seja realizada por meio de qualquer tecnologia. Como entendemos que esta é a regra já vigente, optamos pela imediata entrada em vigor dessa proposta legislativa, sem necessidade de *vacatio legis*.

Justifica-se, assim, o presente projeto de lei para estabelecer regras mais explícitas sobre a equivalência ao SeAC de serviços que distribuam o mesmo conteúdo dos canais de empresa de SeAC, independente da tecnologia utilizada para isso.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 2019.

Deputado PAULO TEIXEIRA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 12.485, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
CAPÍTULO VII

**DA DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDO PELAS PRESTADORAS
DO SERVIÇO DE ACESSO CONDICIONADO**

Art. 29. A atividade de distribuição por meio do serviço de acesso condicionado é livre para empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, sendo regida pelas disposições previstas nesta Lei, na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e na

regulamentação editada pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

Parágrafo único. A Anatel regulará e fiscalizará a atividade de distribuição.

Art. 30. As distribuidoras e empacotadoras não poderão, diretamente ou por intermédio de suas controladas, controladoras ou coligadas inserir ou associar qualquer tipo de publicidade ou conteúdo audiovisual nos canais de programação ou nos conteúdos audiovisuais avulsos veiculados sem a prévia e expressa autorização do titular do canal de programação ou do conteúdo a ser veiculado, respectivamente.

Art. 31. As prestadoras do serviço de acesso condicionado somente poderão distribuir conteúdos empacotados por empresa regularmente credenciada pela Ancine, observado o § 2º do art. 4º desta Lei.

§ 1º As prestadoras do serviço de acesso condicionado deverão tornar pública a empacotadora do pacote por ela distribuído.

§ 2º A distribuidora não poderá ofertar aos assinantes pacotes que estiverem em desacordo com esta Lei.

.....

PROJETO DE LEI N.º 4.389, DE 2019

(Do Sr. João Maia)

Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; e dá outras providências, para permitir a disponibilização de canais programados em aplicações de internet, independentemente de autenticação de assinantes de Serviço de Acesso Condicionado, e para garantir a liberdade de controle e de titularidade entre prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, produtoras e programadoras do Serviço de Acesso Condicionado

DESPACHO:
 APENSE-SE À(AO) PL-4292/2019.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; e dá outras providências, para permitir a disponibilização de canais programados em aplicações de internet, independentemente de autenticação de assinantes de Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), e para garantir a liberdade de controle e de titularidade entre prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias

e permissionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, produtoras e programadoras do Serviço de Acesso Condicionado..

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIV e do seguinte parágrafo único:

“Art. 2º

.....

I -

XXIV – Canal de programação ofertado por meio da internet: resultado da atividade de programação que consiste no arranjo de conteúdos audiovisuais organizados em sequência linear temporal com horários predeterminados, distribuído por meio de aplicação de internet, cujo conteúdo é idêntico e simultâneo a canal de programação previsto no inciso IV, distribuído por meio de aplicação de internet.

Parágrafo único: os canais previstos no inciso XXIV serão considerados serviço de valor adicionado, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, sendo permitida a sua disponibilização direta, independentemente de autenticação de assinantes de Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), garantida a liberdade de modelos de negócios na sua oferta ao público.

Art. 3º Ficam revogados os artigos 5º e 6º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A tecnologia avança mais rapidamente que as legislações, ainda mais em um ambiente de convergência tecnológica, especialmente com a internet. Há necessidade de revisão do marco legal de televisão por assinatura tendo em vista a evolução tecnológica, que traz consigo novas formas de oferta do serviço, possibilitando o aumento da competição e benefícios para os consumidores tais como: menor preço, melhor qualidade e adequação da oferta às demandas de cada consumidor (customização).

A Lei nº 12.485 é de setembro de 2011, e, portanto, levou em consideração o estágio tecnológico daquela época, que oferecia como alternativa

mais adequada a distribuição de canais de programação aos consumidores, um serviço de telecomunicações, de interesse coletivo, definido à época como o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC). A internet ainda estava em fase inicial de desenvolvimento no Brasil, tendo experimentado um grande avanço após a promulgação da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, mais conhecida como o Marco Civil da Internet. Desde então, a oferta de serviços de mídia “over-the-top” – serviços de streaming oferecidos diretamente aos telespectadores pela internet – ampliou-se significativamente, dispensando a utilização de plataformas como de TV a cabo, de radiodifusão ou de transmissão por satélite.

Na disciplina da internet no Brasil, o Marco Civil da Internet estabelece como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como a livre iniciativa e a livre concorrência. Além disso, essa lei estabeleceu as seguintes definições:

- Internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.

- Aplicações de internet: o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet.

Por outro lado, a Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997) estabeleceu também as definições a seguir:

- Serviço de telecomunicações: é o conjunto de atividades que possibilita a oferta de telecomunicação.

- Telecomunicação: é a transmissão, emissão ou recepção, por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético, de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza.

- Serviço de valor adicionado: é a atividade que acrescenta, a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações.

Portanto, através destas definições legais, fica demonstrado que a oferta de canais de programação, através de aplicativos da internet, trata-se de um

Serviço de Valor Adicionado, e não necessita fazer uso do SeAC como suporte para a sua oferta. Emendas de parlamentares, apresentadas à época da elaboração da Lei defenderam que a internet deveria ser excluída das possibilidades de veiculação do SeAC.

Recentemente, ocorreu uma demonstração prática da obsolescência das regras contidas na Lei do SeAc, quando a controladora de um canal presente em diversos serviços de TV por assinatura iniciou a disponibilização da mesma programação por meio de um aplicativo para smartphones. Com a oferta desse aplicativo, o consumidor passou a ter a possibilidade de assinar o canal diretamente pela internet, sem a necessidade de adquirir um pacote do Serviço de Acesso Condicionado. Contudo a Agência Nacional de Telecomunicações, com base na Lei do SeAC, decidiu cautelarmente obrigar que a programadora condicionasse o acesso aos seus canais programados disponíveis em aplicações de internet à autenticação de assinantes de Serviço de Acesso Condicionado. Desse modo, a Anatel se utilizou de uma interpretação parcial da lei para, claramente, cercear a livre iniciativa e a livre concorrência, ferindo assim dois dos principais fundamentos do Marco Civil da Internet.

Ressalte-se, ainda, que a decisão da Anatel foi eivada pela incerteza. Como ressaltou a própria agência, existiu na decisão “razoável dúvida jurídica sobre o grau de alcance da Lei nº 12.485/2011”. Frente a essa dúvida, a 16ª Vara Federal do Distrito Federal proferiu decisão em desfavor da Anatel, declarando a nulidade do despacho decisório da Agência. Posteriormente, o Desembargador Federal Souza Prudente, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região indeferiu pedido de efeito suspensivo pleiteado pela União, mantendo suspensa a decisão da Anatel. Dentre os argumentos suscitados pelo desembargador, está o que aponta a “revogação tácita e a derrotabilidade da lei do SeAC no ambiente da internet e da conexão móvel por aplicativos de celular”. O eminente desembargador esclareceu ainda que, no caso analisado, “não incide a restrição (...) da lei do SeAC (...), porque a natureza do serviço prestado (...) em seu aplicativo não é de telecomunicações”.

Por isto, precisa-se rever a Lei do SeAC para modernizá-la, excluindo da sua aplicação a oferta de canais de programação através de aplicativos da internet e afastando qualquer interpretação da lei que agrida a democratização do mercado, a livre iniciativa e a livre concorrência. Contudo, se por um lado não podemos proibir

esse novo ambiente de inovação, por outro precisamos preservar a indústria de produção de conteúdo brasileira e a produção independente. Desta forma foi introduzido no art. 2º dispositivo para assegurar que a oferta de canais de programação por aplicativo de internet deve preservar o mesmo conteúdo deste canal, quando ele for ofertado também através do SeAC.

Um consumidor que não é assinante de TV por assinatura e quer assistir a canais ofertados pelo SeAC só tem uma forma, acessando-os por um pacote ofertado por alguma operadora, nem sempre ao alcance do poder econômico dos consumidores. Por outro lado, não se pode impedir que o consumidor tenha acesso a conteúdo audiovisual que já está disponível na internet, seria incompatível com as práticas de uma economia de mercado.

O art. 3º propõe a revogação dos artigos 5º e 6º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. O atual art. 5º da Lei nº 12.485, em seu caput e em seu § 1º, cria restrições à propriedade vertical das empresas de telecomunicações e empresas concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens, para evitar que um mesmo grupo econômico possa controlar simultaneamente prestadoras de telecomunicações e produtoras e programadoras de conteúdo audiovisual. Entretanto, estas restrições criam obstáculos aos investimentos no mercado brasileiro, impedindo a realização de negócios que podem aumentar a concorrência e ampliar o mercado de TV por assinatura no Brasil, com benefícios para os consumidores.

Embora as aquisições por um mesmo grupo econômico do controle de empresas da cadeia de valor do SeAC possam trazer riscos à competição, trata-se de risco administrável, uma vez que estarão sob a supervisão e controle da Lei de Defesa da Concorrência e terão que ser reguladas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Desta forma, as restrições impostas pelo art. 5º da Lei do SeAC, estão obsoletas uma vez que os grupos econômicos mundiais de maior sucesso na oferta de audiovisual, desenvolvem atividades em toda cadeia de valor.

O art. 6º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, cria limitações inaceitáveis para que empresas distribuidoras possam produzir conteúdo, e restringe a contratação de talentos artísticos nacionais para estas produções, é nociva às práticas concorrenciais e ao mercado profissional. Portanto deve ser revogado.

Portanto, é com a certeza da conveniência e oportunidade do presente projeto de lei, e com o firme intuito de modernizar as regras relativas à informação e à cultura, que conclamamos o apoio dos nobres Parlamentares na sua aprovação.

Sala das Sessões, em 13 de agosto 2019.

Deputado JOÃO MAIA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 12.485, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I **DO OBJETO E DAS DEFINIÇÕES**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado.

Parágrafo único. Excluem-se do campo de aplicação desta Lei os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, ressalvados os dispositivos previstos nesta Lei que expressamente façam menção a esses serviços ou a suas prestadoras.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

- I - Assinante: contratante do serviço de acesso condicionado;
- II - Canal de Espaço Qualificado: canal de programação que, no horário nobre, veicule majoritariamente conteúdos audiovisuais que constituam espaço qualificado;
- III - Canal Brasileiro de Espaço Qualificado: canal de espaço qualificado que cumpra os seguintes requisitos, cumulativamente:
 - a) ser programado por programadora brasileira;
 - b) veicular majoritariamente, no horário nobre, conteúdos audiovisuais brasileiros que constituam espaço qualificado, sendo metade desses conteúdos produzidos por produtora brasileira independente;
 - c) não ser objeto de acordo de exclusividade que impeça sua programadora de comercializar, para qualquer empacotadora interessada, os direitos de sua exibição ou veiculação;

IV - Canal de Programação: resultado da atividade de programação que consiste no arranjo de conteúdos audiovisuais organizados em sequência linear temporal com horários

predeterminados;

V - Coligada: pessoa natural ou jurídica que detiver, direta ou indiretamente, pelo menos 20% (vinte por cento) de participação no capital votante de outra pessoa ou se o capital votante de ambas for detido, direta ou indiretamente, em pelo menos 20% (vinte por cento) por uma mesma pessoa natural ou jurídica, nos termos da regulamentação editada pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel;

VI - Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado: complexo de atividades que permite a emissão, transmissão e recepção, por meios eletrônicos quaisquer, de imagens, acompanhadas ou não de sons, que resulta na entrega de conteúdo audiovisual exclusivamente a assinantes;

VII - Conteúdo Audiovisual: resultado da atividade de produção que consiste na fixação ou transmissão de imagens, acompanhadas ou não de som, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento, independentemente dos processos de captação, do suporte utilizado inicial ou posteriormente para fixá-las ou transmiti-las, ou dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão;

VIII - Conteúdo Brasileiro: conteúdo audiovisual produzido em conformidade com os critérios estabelecidos no inciso V do art. 1º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001;

IX - Conteúdo Jornalístico: telejornais, debates, entrevistas, reportagens e outros programas que visem a noticiar ou a comentar eventos;

X - Distribuição: atividades de entrega, transmissão, veiculação, difusão ou provimento de pacotes ou conteúdos audiovisuais a assinantes por intermédio de meios eletrônicos quaisquer, próprios ou de terceiros, cabendo ao distribuidor a responsabilidade final pelas atividades complementares de comercialização, atendimento ao assinante, faturamento, cobrança, instalação e manutenção de dispositivos, entre outras;

XI - Empacotamento: atividade de organização, em última instância, de canais de programação, inclusive nas modalidades avulsa de programação e avulsa de conteúdo programado, a serem distribuídos para o assinante;

XII - Espaço Qualificado: espaço total do canal de programação, excluindo-se conteúdos religiosos ou políticos, manifestações e eventos esportivos, concursos, publicidade, tele vendas, infomerciais, jogos eletrônicos, propaganda política obrigatória, conteúdo audiovisual veiculado em horário eleitoral gratuito, conteúdos jornalísticos e programas de auditório ancorados por apresentador;

XIII - Eventos de Interesse Nacional: acontecimentos públicos de natureza cultural, artística, esportiva, religiosa ou política que despertem significativo interesse da população brasileira, notadamente aqueles em que participem, de forma preponderante, brasileiros, equipes brasileiras ou seleções brasileiras;

XIV - Modalidade Avulsa de Conteúdo Programado ou Modalidade de Vídeo por Demanda Programado: modalidade de conteúdos audiovisuais organizados em canais de programação e em horário previamente definido pela programadora para aquisição avulsa por parte do assinante;

XV - Modalidade Avulsa de Programação, ou Modalidade de Canais de Venda Avulsa: modalidade de canais de programação organizados para aquisição avulsa por parte do assinante;

XVI - Pacote: agrupamento de canais de programação ofertados pelas empacotadoras às distribuidoras, e por estas aos assinantes, excluídos os canais de distribuição obrigatória de que trata o art. 32;

XVII - Produção: atividade de elaboração, composição, constituição ou criação de conteúdos audiovisuais em qualquer meio de suporte;

XVIII - Produtora Brasileira: empresa que produza conteúdo audiovisual que

atenda as seguintes condições, cumulativamente:

- a) ser constituída sob as leis brasileiras;
- b) ter sede e administração no País;
- c) 70% (setenta por cento) do capital total e votante devem ser de titularidade, direta ou indireta, de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos;
- d) a gestão das atividades da empresa e a responsabilidade editorial sobre os conteúdos produzidos devem ser privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos;

XIX - Produtora Brasileira Independente: produtora brasileira que atenda os seguintes requisitos, cumulativamente:

- a) não ser controladora, controlada ou coligada a programadoras, empacotadoras, distribuidoras ou concessionárias de serviço de radiodifusão de sons e imagens;
- b) não estar vinculada a instrumento que, direta ou indiretamente, confira ou objetive conferir a sócios minoritários, quando estes forem programadoras, empacotadoras, distribuidoras ou concessionárias de serviços de radiodifusão de sons e imagens, direito de veto comercial ou qualquer tipo de interferência comercial sobre os conteúdos produzidos;
- c) não manter vínculo de exclusividade que a impeça de produzir ou comercializar para terceiros os conteúdos audiovisuais por ela produzidos;

XX - Programação: atividade de seleção, organização ou formatação de conteúdos audiovisuais apresentados na forma de canais de programação, inclusive nas modalidades avulsa de programação e avulsa de conteúdo programado;

XXI - Programadora Brasileira: empresa programadora que execute suas atividades de programação no território brasileiro e que atenda, cumulativamente, as condições previstas nas alíneas "a" a "c" do inciso XVIII deste artigo e cuja gestão, responsabilidade editorial e seleção dos conteúdos do canal de programação sejam privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos;

XXII - Programadora Brasileira Independente: programadora brasileira que atenda os seguintes requisitos, cumulativamente:

- a) não ser controladora, controlada ou coligada a empacotadora ou distribuidora;
- b) não manter vínculo de exclusividade que a impeça de comercializar, para qualquer empacotadora, os direitos de exibição ou veiculação associados aos seus canais de programação;

XXIII - Serviço de Acesso Condicionado: serviço de telecomunicações de interesse coletivo prestado no regime privado, cuja recepção é condicionada à contratação remunerada por assinantes e destinado à distribuição de conteúdos audiovisuais na forma de pacotes, de canais nas modalidades avulsa de programação e avulsa de conteúdo programado e de canais de distribuição obrigatória, por meio de tecnologias, processos, meios eletrônicos e protocolos de comunicação quaisquer.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL DE ACESSO CONDICIONADO

Art. 3º A comunicação audiovisual de acesso condicionado, em todas as suas atividades, será guiada pelos seguintes princípios:

- I - liberdade de expressão e de acesso à informação;
- II - promoção da diversidade cultural e das fontes de informação, produção e programação;
- III - promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira;
- IV - estímulo à produção independente e regional;
- V - estímulo ao desenvolvimento social e econômico do País;

VI - liberdade de iniciativa, mínima intervenção da administração pública e defesa da concorrência por meio da livre, justa e ampla competição e da vedação ao monopólio e oligopólio nas atividades de comunicação audiovisual de acesso condicionado.

Parágrafo único. Adicionam-se aos princípios previstos nos incisos deste artigo aqueles estabelecidos na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 485, de 20 de dezembro de 2006.

CAPÍTULO III DAS ATIVIDADES DA COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL DE ACESSO CONDICIONADO

Art. 4º São atividades da comunicação audiovisual de acesso condicionado:

- I - produção;
- II - programação;
- III - empacotamento;
- IV - distribuição.

§ 1º A atuação em uma das atividades de que trata este artigo não implica restrição de atuação nas demais, exceto nos casos dispostos nesta Lei.

§ 2º Independentemente do objeto ou da razão social, a empresa que atuar em quaisquer das atividades de que trata este artigo será considerada, conforme o caso, produtora, programadora, empacotadora ou distribuidora.

Art. 5º O controle ou a titularidade de participação superior a 50% (cinquenta por cento) do capital total e votante de empresas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo não poderá ser detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e por produtoras e programadoras com sede no Brasil, ficando vedado a estas explorar diretamente aqueles serviços.

§ 1º O controle ou a titularidade de participação superior a 30% (trinta por cento) do capital total e votante de concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e de produtoras e programadoras com sede no Brasil não poderá ser detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por produtoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, ficando vedado a estas explorar diretamente aqueles serviços.

§ 2º É facultado às concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e a produtoras e programadoras com sede no Brasil, diretamente ou por meio de empresa sobre a qual detenham controle direto, indireto ou sob controle comum, prestar serviços de telecomunicações exclusivamente para concessionárias e permissionárias dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens ou transportar conteúdo audiovisual das produtoras ou programadoras com sede no Brasil para entrega às distribuidoras, desde que no âmbito da própria rede.

§ 3º É facultado às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, diretamente ou por meio de empresa sobre a qual detenham controle direto, indireto ou sob controle comum, controlar produtoras e programadoras com sede no Brasil que exerçam atividades exclusivamente destinadas à comercialização de produtos e serviços para o mercado internacional.

Art. 6º As prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, bem como suas controladas, controladoras ou coligadas, não poderão, com a finalidade de produzir conteúdo audiovisual para sua veiculação no serviço de acesso condicionado ou no serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens:

- I - adquirir ou financiar a aquisição de direitos de exploração de imagens de eventos

de interesse nacional; e

II - contratar talentos artísticos nacionais de qualquer natureza, inclusive direitos sobre obras de autores nacionais.

Parágrafo único. As restrições de que trata este artigo não se aplicam quando a aquisição ou a contratação se destinar exclusivamente à produção de peças publicitárias.

Art. 7º É vedada a realização de subsídios cruzados, preços discriminatórios ou práticas comerciais, gerenciais ou contábeis que contribuam para a consecução de lucros ou prejuízos artificialmente construídos que busquem dissimular os reais resultados econômicos ou financeiros obtidos, em quaisquer das atividades de comunicação audiovisual de acesso condicionado de que tratam os incisos I a IV do art. 4º, ainda que esses resultados venham a ser compensados por lucros em outras atividades quaisquer, mesmo que exercidas pela mesma empresa.

.....

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

 LIVRO III
 DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

TÍTULO I
 DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I
 DAS DEFINIÇÕES

.....
 Art. 61. Serviço de valor adicionado é a atividade que acrescenta, a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações.

§ 1º Serviço de valor adicionado não constitui serviço de telecomunicações, classificando-se seu provedor como usuário do serviço de telecomunicações que lhe dá suporte, com os direitos e deveres inerentes a essa condição.

§ 2º É assegurado aos interessados o uso das redes de serviços de telecomunicações para prestação de serviços de valor adicionado, cabendo à Agência, para assegurar esse direito, regular os condicionamentos, assim como o relacionamento entre aqueles e as prestadoras de serviço de telecomunicações.

CAPÍTULO II
 DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 62. Quanto à abrangência dos interesses a que atendem, os serviços de telecomunicações classificam-se em serviços de interesse coletivo e serviços de interesse restrito.

Parágrafo único. Os serviços de interesse restrito estarão sujeitos aos condicionamentos necessários para que sua exploração não prejudique o interesse coletivo.

.....

.....

LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014

Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.

Art. 2º A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como:

I - o reconhecimento da escala mundial da rede;

II - os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais;

III - a pluralidade e a diversidade;

IV - a abertura e a colaboração;

V - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e

VI - a finalidade social da rede.

.....

.....

FIM DO DOCUMENTO
